

Moção Específica

A urgência do LIVRE enquanto Esquerda Verde em Portugal

Autor: Carlos M. G. L. Teixeira

No 31 de Janeiro de 2014, foi submetida ao Congresso Fundador do partido LIVRE, votada e aprovada, a moção específica “A Ecologia enquanto princípio orgânico do LIVRE”. A moção visava *dotar o Grupo de Contacto da liberdade em assumir o princípio da Ecologia enquanto ciência e recomendar que os órgãos do LIVRE passem a ponderar as decisões que tomem à luz dos princípios detalhados na mesma que visam a sua implementação concreta: sustentabilidade, precaução, solidariedade intergeracional e bem-estar universal.*

A actual moção visa renovar o compromisso assumido pelo Congresso Fundador, adicionando-lhe o compromisso urgente de assumir a dimensão ecológica enquanto prioridade da acção política do partido.

Actualmente, a Ecologia mantém-se como um dos princípios orientadores do LIVRE e um pilar da acção política do partido de vital relevância na medida em que se relaciona directamente com a sustentabilidade da biosfera, da biodiversidade e da civilização humana.

Esta moção começa por defender que se mantenha o entendimento de que na base da ecologia política levada a cabo pelo LIVRE não deve constar apenas a dimensão ideológica mas também a Ecologia enquanto disciplina científica, ou seja, a Ecologia enquanto estudo científico das interacções entre os organismos e entre estes e o respectivo ambiente que os integra.

Este entendimento enquadra-se na relação honesta que o LIVRE tem estabelecido com o conhecimento científico, rejeitando uma utilização selectiva e oportunista dos elementos que este tem colocado à disposição da humanidade e assumindo o desafio de desenvolver continuamente pensamento, propostas e medidas políticas baseadas em conhecimento e evidências científicas, ponderadas à luz de um humanismo secular, mas com respeito pela riqueza cultural da humanidade e sempre fazendo justiça aos princípios da liberdade, da igualdade e do universalismo.

Esta moção defende então que a acção política assente na disciplina científica que é a Ecologia, seja clara e explícita em toda a comunicação e actividade que o LIVRE venha a estabelecer com a sociedade portuguesa, bem como nos contextos internacionais em que se venha a inserir, muito especialmente no âmbito do Europeísmo também declarado pelo LIVRE enquanto princípio orientador. Para agilizar este propósito, recuperam-se no Anexo II desta moção, os princípios apresentados na moção de 2014.

Em segundo lugar, a actual moção reforça a necessidade de continuar a deixar explícito o facto de que, para o LIVRE, a dimensão ecológica não é apenas um elemento adicional da acção política, agregando medidas focadas no ambiente, mas uma abordagem prioritária, baseada em ciência e transversal a todas as áreas da acção política.

Tomando em consideração a crise ambiental global a cujo aprofundamento temos assistido nas últimas décadas, bem como as consequências cada vez mais graves que daí têm resultado, é urgente assumir a acção ecológica como absoluta prioridade do LIVRE.

Esta é a terceira proposta da moção: que o LIVRE e seus representantes eleitos não hesitem na atribuição de prioridade à ecologia. Para fundamentar esta proposta, a moção apresenta no Anexo I um breve resumo do estado actual da crise ambiental, no planeta e em Portugal.

No âmbito da prioridade a assumir temos que ter noção de que lidar com as crises ambientais no planeta, na Europa, e em Portugal, requer a travagem do declínio da biodiversidade, da degradação e colapso dos ecossistemas, do desequilíbrio progressivo dos ciclos naturais e das alterações climáticas. Travar o ritmo deste desastre é a obrigação mínima mas inverter a situação a que chegámos tem de ser a meta.

Contudo, a resposta às crises ambientais pode resultar de ideologias diversas. Isto significa que é possível implementar soluções eficazes do ponto de vista ambiental mas completamente desconectadas dos princípios republicanos da equidade ou do interesse comum. Na realidade, até as ditaduras estabelecem metas ecológicas. À direita, por exemplo, a história recorda-nos da Alemanha Nazi que há quase um século conjugava ideologia racista com uma agenda ambientalista ambiciosa de promoção das energias renováveis, da agricultura biológica e da criação de áreas protegidas.

Se a esquerda falhar na eficácia ambiental, respostas ecológicas à direita podem erguer-se trazendo consigo opções que não só não ajudarão a combater as desigualdades como na realidade as aprofundarão. O risco encontra-se também junto dos partidos políticos que se dizem não ser de direita ou de esquerda pois na ambígua mistura de medidas que propõem poderemos encontrar caminhos perigosos ou de grande injustiça social.

E é de injustiça que temos de falar. As crises ambientais que enfrentamos resultam sobretudo da política económica dominante nos países ocidentais, da predominância desregulada da economia neoliberal, da escassez de implementação dos princípios da Economia Ecológica e da existência de padrões de consumo insustentáveis, conduzidos sobretudo pelos estratos socio-económicos mais abastados. No entanto, o efeito das crises ambientais faz-se sobretudo sentir junto daqueles que menos contribuíram para tal. Afinal de contas, são os mais pobres aqueles que menor capacidade têm para se proteger de uma cheia ou de uma onda de calor. Serão também os mais pobres aqueles que mais cedo terão que prescindir de alguns alimentos cujo custo irá inevitavelmente elevar-se à medida que os polinizadores desaparecem, a água doce escasseia e perde qualidade e a produtividade agrícola baixa. Estes factos são de extrema relevância em Portugal, onde as desigualdades são ainda profundas, e onde quase 2,5 milhões de pessoas vivem em pobreza e em condições de vulnerabilidade significativa.

Resolver as crises ambientais deixando para trás estas pessoas ou adoptando medidas que aprofundem a desigualdade não é apenas uma falência moral. É uma combinação de injustiças: aqueles que menos culpam têm são os que mais sofrem e que mais irão pagar pela solução.

É importante salientar que à medida que a crise ambiental se torna mais grave, a probabilidade de conflito também aumenta. Tudo isto tenderá a elevar a volatilidade e um espírito pessimista que contribuirá para fenómenos de estagnação económica ou recessão.

É fundamental que aqueles que se venham a sentir vítimas deste agravamento da situação encontrem na esquerda verde universalista, cosmopolita e europeísta, que o LIVRE constitui, a voz que os representa.

E por isso, há que assumir a capacidade de tomar todas as decisões que se justifiquem por motivos ecológicos, até aquelas que impliquem rejeitar determinadas soluções para os Orçamentos do Estado. Em Portugal nunca nenhum partido teve essa coragem mas é essa coragem que irá determinar quem verdadeiramente representa a ecologia no nosso país.

ANEXO I

O estado actual da crise ambiental, no planeta e em Portugal

Com efeito, múltiplos indicadores têm-se agravado. Em 2018 ficámos a saber que as populações mundiais das cerca de 4 mil espécies de vertebrados que a WWF monitoriza, reduziu-se em cerca de 60%, durante os últimos 40 anos. Para além da redução drástica do efectivo populacional de muitas espécies, temos continuado a assistir à extinção de espécies inteiras ou de sub-espécies em particular – das quais é exemplo recente o desaparecimento do rinoceronte de Sumatra, na Malásia – mantendo a União Internacional para a Conservação da Natureza a atribuição de um estatuto de ameaça a, por exemplo, 33% dos corais, 14% das aves, 25% dos mamíferos e 40% dos anfíbios (num universo de cerca de 27 mil espécies estudadas). Em 2017 tomámos conhecimento de outro indicador alarmante. Na Alemanha, as populações de insectos voadores reduziram-se em mais de 75% entre 1989 e 2016. Enquanto consequência do uso prolongado e generalizado de pesticidas, este indicador faz prever confirmação semelhante em mais regiões da Europa. Em Portugal, apesar da actualização do Livro Vermelho dos Vertebrados estar seriamente atrasada, não existem indícios de alguma provável melhoria dos indicadores que há 13 anos eram já graves e semelhantes ao que se observa no restante planeta. E até o último dos grandes predadores em Portugal – o Lobo-ibérico – cuja protecção mereceu uma lei específica que criminaliza o abate, continua com uma população reduzida no extremo norte do território e continua a ser alvo de perseguição e abate, em absoluta impunidade e sem que a justiça exerça a sua acção.

Este declínio global da biodiversidade global – a sexta grande extinção – não é apenas uma tragédia, é simultaneamente resultado e elemento desencadeador do colapso dos ecossistemas terrestres e oceânicos. Adicionalmente, ao colapso dos ecossistemas naturais está associada a disrupção dos ciclos naturais da água e de elementos com o carbono e o azoto, bem como dos sistemas agrícolas. Temos conhecimento de que cerca de 84% das 264 variedades agrícolas actualmente produzidas na Europa dependem da polinização levada a cabo por espécies selvagens de animais, a maioria insectos e a maioria destes, abelhas. O declínio desta biodiversidade, associado ao declínio da biodiversidade dos solos, à escassez de água e de outros nutrientes bem como a outros processos em curso, está a reduzir a produtividade agrícola, a fertilidade dos solos e a disponibilidade destes, bem como a acelerar o avanço da desertificação. Em Portugal, o sul do país já está sinalizado com gravidade há décadas no âmbito da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e há indícios de que a desertificação avança para norte.

Também os indicadores climáticos se têm agravado seriamente. Esta situação tem sido bastante destacada pela comunicação social, pelos estudos que conduziram à assinatura do Acordo de Paris e pelos movimentos que nos últimos anos têm adoptado a causa – em particular os movimentos alavancados pelas gerações mais novas. O ano de 2018 foi o ano mais quente desde que há registo, em termos médios e globais, tendo a última década sido a mais quente de sempre, em geral. A concentração de gases de efeito de estufa continua a aumentar na atmosfera Terrestre, o nível das águas oceânicas continua a aumentar cerca de 2 a 3 mm por ano, bem como a temperatura e a acidificação média dessas mesmas águas, estando o oxigénio a diminuir. E no Ártico, a superfície gelada atingiu valores historicamente mínimos em 2018 – 14,48 milhões de km² (7% abaixo da média registada entre 1981 e 2010).

Uma das dimensões mais visíveis das alterações climáticas é o aumento da frequência de fenómenos climáticos extremos, como as cheias, as secas, os furacões e os incêndios. Em Portugal, este aumento tem sido sentido. Não apenas com temporais súbitos e intensos mas sobretudo com uma maior vulnerabilidade a incêndios múltiplos e ou de grandes dimensões.

As consequências são gravíssimas para a espécie humana e para muitas espécies de plantas e animais, sendo as estatísticas destas últimas mais difíceis de registar. Globalmente cerca de 821 milhões de pessoas estão subnutridas devido às secas, mais de 35 milhões estão afectadas por cheias e milhares de pessoas morrem todos os anos, vítimas de ondas de calor e incêndios. Infelizmente, também em Portugal temos registado vítimas por estas razões. Globalmente, mais de 2 milhões de pessoas encontram-se também em estado de deslocação ou migração devido a desastres relacionados com o clima. Das cerca de 883 mil ocorrências de migração a terem tido lugar no interior das nações, cerca de 32% a 29% deveram-se a fenómenos climáticos extremos.

ANEXO II

Princípios

- Princípio da sustentabilidade

Por princípio da sustentabilidade entendemos a necessidade de assegurar elevados níveis de integridade e funcionamento dos sistemas naturais que sustentam a vida. Não deve bastar ao LIVRE apenas a necessidade de assegurar os bens e serviços de que a humanidade usufrui, mas também a necessidade de salvaguardar a própria natureza dos sistemas que os providenciam. Numa perspectiva mais lata, interessamos também assegurar da mesma forma os sistemas criados pela nossa espécie (sociais, económicos, etc) que permitam manter o bem-estar geral por um prazo indefinido de tempo e tornando-os cada vez mais justos e equitativos.

- Princípio da precaução

O conhecimento actual permite-nos realizar uma grande diversidade de metas. Mas não é absoluto. Assumir o princípio da precaução significa dar tempo ao avanço do conhecimento até que nos seja possível avançar com relativa segurança para a decisão. Existe subjectividade neste conceito mas o LIVRE pode colmatar o desafio da subjectividade através do diálogo, da auscultação e da ponderação, em sociedade, quanto àquilo que consideramos ser os limites do risco que aceitamos correr.

- Princípio da solidariedade intergeracional

A acção do LIVRE deve explicitamente considerar, em permanência, o espaço e o tempo. Neste contexto, Portugal não se constitui apenas pelo território em que existe e pelas pessoas que o habitam, mas também pelas pessoas e indivíduos doutras espécies que nele existam e venham a existir. Essas futuras gerações fazem já hoje parte de Portugal. Da mesma forma, não pode o bem-estar de uma geração atingir níveis razoáveis sem que se estabeleça uma relação saudável com as gerações anteriores. Assumir o princípio da solidariedade intergeracional implica reconhecer o potencial e as fragilidades das gerações que nos precedem e sucedem, providenciando oportunidades para que o potencial de todos se realize e ajudando a colmatar as fragilidades. Assumir este princípio significa também ser justo na forma como se desconta o futuro, quer isto se exerça na avaliação de impactos negativos, quer na avaliação do investimento.

- Princípio do bem-estar universal

Em Portugal, e na União Europeia, muitos foram os progressos conquistados em matéria do bem-estar das pessoas apesar do caminho que falta decerto percorrer. É natural que enquanto membros da espécie humana coloquemos estas metas de forma consensual. Mas percorrer esse caminho não nos impede de simultaneamente colocar metas que visem ampliar também o bem-estar de outras espécies, em particular das espécies de animais que vivem inseridas por vontade humana nas nossas sociedades (animais de companhia), das comunidades de espécies que habitam em conjunto o nosso território e dos animais criados para fins alimentares. O bem-estar animal surge por vezes nas intenções dos actores políticos mas cai regularmente na escala das prioridades. O LIVRE pode assumir uma posição progressista. Enquanto princípio, o bem-estar animal deve também ser contemplado e assumido.

Documento sujeito a votação